



RESOLUÇÃO PPGMMC 050/14, DE 30 DE JULHO DE 2014

Estabelece normas para credenciamento, renovação de credenciamento e descredenciamento de docentes.

O PRESIDENTE DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas e de acordo com o que foi deliberado na 8ª Reunião do ano de 2014 do Colegiado do Programa, realizada em 30 de julho de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, neste Colegiado, as normas para credenciamento, renovação de credenciamento e descredenciamento de docentes do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Matemática e Computacional do CEFET-MG.

Art. 2º - A solicitação de credenciamento inicial de um pesquisador como docente do Programa deverá ser encaminhada ao Colegiado do Programa obrigatoriamente por meio de processo administrativo.

§ 1º - A solicitação de credenciamento deverá ser encaminhada ao Colegiado do Programa pelo próprio pesquisador, acompanhada da seguinte documentação:

- a) requerimento de credenciamento como pesquisador;
- b) *curriculum vitae* em modelo estabelecido pela plataforma *Lattes* do CNPq;
- c) termo de compromisso de vinculação com o Programa;
- d) plano de trabalho e projeto de pesquisa para a linha de pesquisa pretendida pelo proponente, explicitando, especialmente, as relações destes com o caráter interdisciplinar do Programa;
- e) cópia dos artigos publicados nos últimos 60 meses em periódicos e anais de eventos, contados a partir da solicitação de credenciamento.

§ 2º - Para a aprovação do credenciamento inicial, o pesquisador que pertencer ao quadro de docentes efetivos do CEFET-MG deverá ter publicado, no mínimo:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL

- I. 2 (dois) artigos em periódicos de Qualis A1, A2 ou B1 no Comitê de Área Interdisciplinar da CAPES nos últimos 3 (três) anos anteriores, contados a partir da solicitação de credenciamento; ou,
- II. 3 (três) artigos em periódicos de Qualis A1, A2 ou B1 no Comitê de Área Interdisciplinar da CAPES nos últimos 5 (cinco) anos anteriores, contados a partir da solicitação de credenciamento.

§ 3º - Para a aprovação do credenciamento inicial, o pesquisador que não pertencer ao quadro de docentes efetivos do CEFET-MG deverá ter publicado, no mínimo:

- I. 4 (quatro) artigos em periódicos de Qualis A1, A2 ou B1 no Comitê de Área Interdisciplinar da CAPES nos últimos 3 (três) anos anteriores, contados a partir da solicitação de credenciamento; ou,
- II. 6 (seis) artigos em periódicos de Qualis A1, A2 ou B1 no Comitê de Área Interdisciplinar da CAPES nos últimos 5 (cinco) anos anteriores, contados a partir da solicitação de credenciamento.

Art. 3º - Para a deliberação final a respeito da solicitação de credenciamento inicial de um pesquisador, o Colegiado do Programa instituirá comissão específica de análise para subsidiar a apreciação da documentação apresentada.

§ 1º - A comissão será composta por três membros, sendo, dois membros da linha de pesquisa pretendida pelo candidato.

§ 2º - A comissão de análise da solicitação de credenciamento poderá solicitar diligências para a realização de seu parecer, na forma de informações e complementação da documentação apresentada.

§ 3º - A comissão apresentará ao Colegiado parecer circunstanciado e conclusivo a respeito da solicitação de credenciamento, avaliando, inclusive, o caráter interdisciplinar do plano de trabalho e projeto de pesquisa, as atividades propostas pela linha a serem exercidas pelo pesquisador, bem como o período de credenciamento associado.

§ 4º - O credenciamento inicial de um pesquisador será concedido somente na modalidade parcial, tendo prazo máximo de 3 (três) anos, devendo ser efetivado na forma de resolução exarada pelo Colegiado do Programa para esse fim específico, que conterà, pelo menos, a linha de pesquisa de vinculação do docente, o prazo de credenciamento e as atividades que poderão ser exercidas pelo docente.

Art. 4º - A solicitação de renovação de credenciamento deverá ser encaminhada pelo docente interessado à Coordenação do Colegiado do Programa, no mínimo de dois meses e no máximo de quatro meses antes de expirar o prazo de seu credenciamento, acompanhada da seguinte documentação:

- a) requerimento de renovação de credenciamento, indicando, expressamente, a linha de pesquisa que o docente pretende se vincular, o período e a modalidade de credenciamento solicitados;
- b) *curriculum vitae* em modelo estabelecido pela plataforma *Lattes* do CNPq;
- c) termo de compromisso de vinculação com o Programa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL

- d) relatório de atividades do período vincendo, com destaque para a interdisciplinaridade das mesmas;
- e) plano de trabalho para o período solicitado, explicitando os seus aspectos interdisciplinares;
- f) no caso de solicitação de renovação de credenciamento na modalidade parcial, justificativa circunstanciada para a renovação.

PARÁGRAFO ÚNICO - A apresentação de solicitação de renovação do credenciamento é devida, única e exclusivamente, ao docente interessado.

Art 5º - Para deliberação final a respeito da renovação de credenciamento, o Colegiado do Programa instituirá comissão de análise especialmente designada para esse fim.

§ 1º - A comissão será composta por três membros, sendo, dois membros da linha de pesquisa pretendida pelo docente.

§ 2º - A comissão de análise da solicitação de credenciamento poderá solicitar diligências para a realização de seu parecer, na forma de informações e complementação da documentação apresentada.

§ 3º - A comissão de análise apresentará ao Colegiado parecer circunstanciado e conclusivo a respeito da solicitação de renovação de credenciamento.

§ 4º - O parecer de que trata o parágrafo 3º do presente artigo, devidamente justificado e indicando, caso seja favorável à renovação do credenciamento, a modalidade de credenciamento do pesquisador, deverá ser enviado à Coordenação do Programa, que o apresentará em reunião do Colegiado, para deliberação final.

§ 5º - Findo o prazo de credenciamento do docente e tendo o mesmo solicitado sua renovação de credenciamento, caso o Colegiado não tenha deliberado conclusivamente a respeito, o credenciamento do docente será prorrogado até que o Colegiado delibere em caráter conclusivo sobre a solicitação de renovação.

Art. 6º - O pedido da renovação de credenciamento deverá ser feito na modalidade integral, sendo que o docente deverá demonstrar a existência de produtividade científica, desenvolvida no exercício imediatamente anterior, a ser pontuada conforme o Quadro 1, constante do Anexo 1 da presente Resolução.

§ 1º - Para a renovação do credenciamento na modalidade integral, o docente deverá demonstrar, nos 3 (três) anos anteriores, média anual de produtividade igual ou superior a 80 (oitenta) pontos, calculada nos termos do caput desse artigo.

§ 2º - O docente que solicitou renovação de credenciamento e não atingiu a média anual de pontuação exigida no parágrafo primeiro do presente artigo, poderá, a critério do Colegiado do Programa, ser credenciado, excepcionalmente, na modalidade parcial desde que seu relatório de atividades realizadas no período vincendo e o plano de trabalho para o próximo período tenham sido aprovados pelo Colegiado do Programa.

§ 3º - A aprovação de renovação de credenciamento na modalidade parcial só poderá ser realizada uma única vez por docente.



Art. 7º - A renovação do credenciamento terá a duração máxima de 3 (três) anos, devendo ser efetivada na forma de resolução exarada pelo Colegiado do Programa para esse fim específico, que conterà, pelo menos, a linha de pesquisa a qual o docente estará vinculado, o prazo e a modalidade de credenciamento aprovados para renovação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para a renovação do credenciamento na modalidade parcial, as atividades que poderão ser exercidas pelo docente também deverão constar na resolução exarada pelo Colegiado do Programa.

Art. 8º - Ocorre o descredenciamento:

- a) a pedido do docente interessado;
- b) pelo descumprimento do prazo previsto no caput do Art. 4º desta Resolução;
- c) por apresentar produtividade científica média no período em análise, calculada segundo os termos do caput do Artigo 6º, inferior à exigência mínima estabelecida no parágrafo primeiro do Artigo 6º;
- d) por solicitação da linha de pesquisa à qual o docente está vinculado, mediante justificativa apresentada e aprovada pela maioria dos membros da linha e, posteriormente, aprovada por pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do Colegiado;
- e) pelo descumprimento das atividades didáticas de orientação de alunos durante o período avaliado;
- f) por não haver sido ofertada e ministrada, no mínimo, 1 (uma) disciplina por ano durante o período avaliado;
- g) no caso de credenciamento na modalidade parcial, com o término da(s) atividade(s) que motivaram o credenciamento.

§ 1º - No caso de descredenciamento de docente que esteja exercendo atividade de orientação, o credenciamento será mantido, na modalidade parcial, até o final destas atividades de orientação.

§ 2º - O descredenciamento deverá ser efetivado pelo Colegiado do Programa na forma de resolução exarada para esse fim específico, desde que seja constatado uma ou mais das situações previstas no *caput* do presente artigo.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prof. Dr. Rodrigo Tomás Nogueira Cardoso
Presidente do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em
Modelagem Matemática e Computacional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MODELAGEM MATEMÁTICA E COMPUTACIONAL

ANEXO 1
Quadro 1 – Pontuação para avaliação de docentes do PPGMMC

Item	Qualificação	Pontos		Observação
		Com co-autoria de aluno do curso	Sem co-autoria de aluno do curso	
1	Autoria de Livro com ISBN - Internacional	120	120	O docente precisa fazer, no mínimo, 80 (oitenta) pontos em publicações em periódicos no triênio.
	Autoria de Livro com ISBN - Nacional	100	100	
2	Autoria de Capítulo de Livro com ISBN - Internacional	40	30	
	Autoria de Capítulo de Livro com ISBN - Nacional	20	10	
3	Patente Aprovada	120	110	
4	Orientação de dissertação de mestrado defendida e aprovada	--	10	
	Co-orientação de dissertação de mestrado defendida e aprovada	--	5	
5	Orientação de tese de doutorado defendida e aprovada	--	20	
	Co-orientação de tese de doutorado defendida e aprovada	--	10	
6	Publicação em periódico – Qualis Capes: A1	120	110	
	Publicação em periódico – Qualis Capes: A2			
	Publicação em periódico – Qualis Capes: B1			
7	Publicação em periódico – Qualis Capes - B2	80	70	
	Publicação em periódico – Qualis Capes - B3			
8	Publicação em periódico – Qualis Capes - B4	40	30	
	Publicação em periódico – Qualis Capes - B5			
9	Publicação de artigo completo em anais de evento científico internacional – Qualis Capes - E3	30	20	
	Publicação de artigo completo em anais de evento científico internacional – Qualis Capes - E4	40	30	
10	Publicação de artigo completo em anais de evento científico nacional – Qualis Capes – E1	5	0	
	Publicação de artigo completo em anais de evento científico nacional – Qualis Capes – E2	10	5	
	Publicação de artigo completo em anais de evento científico nacional – Qualis Capes – E3	20	10	
	Publicação de artigo completo em anais de evento científico nacional – Qualis Capes – E4	30	20	